

Bierrembach tentará consenso entre políticos para elaborar substitutivo

20 SET 1985

Da Sucursal de Brasília e da Reportagem Local



O relator da comissão mista que examina o projeto do governo de convocação da Constituinte, Flávio Bierrembach (PMDB-SP), 45, disse ontem que vai buscar o consenso da classe política para elaborar o substitutivo à mensagem enviada ao Congresso pelo presidente José Sarney. "A partir de segunda-feira — disse o deputado —, vou ouvir os líderes de todos os partidos e acredito que todas as questões, mesmo as mais polêmicas, serão decididas por unanimidade pela comissão".

Bierrembach disse que o seu trabalho na comissão mista está orientado por quatro parâmetros: o ideal em termos de interesse público; a realidade política em termos de Congresso e do País; a posição do seu partido e, por fim, as suas posições pessoais. A fase de tomada dos depoimentos pela comissão termina na próxima quinta-feira. Os dias 1 e 3 de outubro

serão reservados à apreciação e votação do parecer, prazo que eventualmente poderá ser estendido até o dia 7. Ontem pela manhã, o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), 55, foi portador de um abaixo-assinado, entregue à comissão mista, organizado por quinhentas entidades da sociedade civil de todo o País — com mais de cinco mil assinaturas —, pedindo maior participação popular na elaboração da nova Constituição.

Tarefa difícil

Mas a busca do consenso não será uma tarefa fácil. As três questões consideradas polêmicas, que são os prazos para a desincompatibilização dos ocupantes de cargos executivos, os delegados constituintes e o referendo popular para as questões que não obtiverem 2/3 de votos nas duas Casas, até agora não alcançaram um denominador comum entre as lideranças partidárias.

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), 52, disse ontem que tanto ele quanto a sua bancada continuam firmes na posição contrária aos delegados constituintes. Esta posição é compartilhada pelos líderes do PMDB na Câmara dos Deputados e Senado Federal,

deputado Pimenta da Veiga (MG), 38, e senador Humberto Lucena (PB), 57. Já o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), 45, diz que é uma proposta a ser estudada.

Quanto à questão dos prazos para a desincompatibilização (que hoje variam entre quatro e seis meses) também não há concordância. Enquanto Pimenta da Veiga levava ao Conselho Político a tendência da sua bancada pela aprovação de um prazo intermediário entre os atuais e o proposto pela emenda do deputado Manoel Costa (PMDB-MG) — que fixa o prazo de um ano —, Humberto Lucena contestava a idéia, sem sequer ouvir a bancada do PMDB no Senado.

Entre os líderes do PFL acontece a mesma coisa. Enquanto o líder do partido na Câmara, José Lourenço, afirma que ainda não tem a posição da sua bancada e que a questão é polêmica, seu companheiro no Senado, Carlos Chiarelli, diz que os senadores frentistas estão inclinados a aprovar um prazo intermediário, entre oito e nove meses. O consenso existe, entretanto, sobre um ponto: todos os líderes concordam que o prazo para a desincompatibilização deve ser igual para todos.

Assembléia deve ser independente, diz Maksoud

88
09/85
985

O empresário Henry Maksoud, proprietário do grupo Visão, defendeu ontem, em Brasília, no depoimento que prestou à comissão mista que examina o projeto do governo para a convocação da Constituinte, a idéia de compor a Assembléia independente do Congresso Nacional. "Câmara, Senado e partidos políticos nada têm a ver com Constituinte", defendeu o empresário.

Na opinião de Maksoud, a Constituição deve ser elaborada por uma entidade constituinte independente de qualquer dos três Poderes e de

quaisquer partidários. "A adesão a princípios gerais permanentes significa deixar de tomar medidas imediatistas e facciosas a que os membros de uma maioria eventual não gostariam de se submeter. Como a Constituição é o instrumento que estabelece os princípios mais gerais que regulam os atos do Poder Legislativo, não faz sentido que este mesmo Legislativo possa elaborar ou modificar uma Constituição", defendeu o empresário.

A proposta de Maksoud foi contestada por vários parlamentares, entre

eles, o senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), 42: "Temos uma tradição de partido no País, e como então fazer uma Constituinte sem partidos? É a mesma coisa que fazer-de-conta que não existem partidos políticos e Congresso. É desconhecer todos os avanços que o País alcançou. É como se uma Constituinte fosse uma força solta, inteiramente alheia às condicionantes da História". Maksoud rebateu afirmando que "exatamente o que falta ao Brasil é uma tradição política, partidária e de sistema de governo".

Comparato vs. Almino; e a platéia chega ao delírio

O embate entre os dois times parecia inevitável. De um lado, estavam os representantes do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, liderados pelos juristas Dalmo Dallari e Fábio Konder Comparato. De outro, dois representantes da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais: o jurista Miguel Reale Jr. e o promotor paranaense Fajardo Pereira Faria. O confronto, no entanto, para o delírio de uma platéia de oitocentas pessoas que ocupavam o Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no largo São Francisco, região Central de São Paulo, na última quarta-feira, foi travado entre Comparato e um jogador sem time: o secretário de Negócios Metropolitanos, Almino Afonso, que defendeu a proposta do governo de um Congresso Constituinte.

Durante as duas horas e meia do debate, que teve início às 20h30, o momento mais acalorado foi quando o jurista Comparato, 48, rechacou, empunhando seu microfone, em pé, os "argumentos pragmáticos" de Almino e defendeu as propostas do Plenário. Foram dezessete minutos, que culminaram com a platéia gritando e aplaudindo em pé. Mesmo dizendo que a situação era constrangedora para ambos, Comparato não poupou críticas a Almino, 56.

O secretário paulista defendeu um Congresso Constituinte baseado em "argumentos pragmáticos", como os altos gastos para a eleição dos candidatos. Segundo ele, a eleição de um Congresso e uma Assembléia não impediria que os representantes do poder econômico fossem eleitos em ambos. "O que vai dar soberania à Assembléia Constituinte é sua composição real. Precisamos encontrar meios de deter as minorias privilegiadas", sustentou.

Sem peso

"Seus argumentos não têm peso", rebateu Comparato. Disse que os atuais congressistas não cumprem seu papel de legislar, quanto mais de representar a Nação numa futura Constituinte. Sobre os custos das campanhas, o jurista lembrou que alguns candidatos foram eleitos em 82 com gastos mínimos. "Se o Congresso tivesse vontade, poderia criar formas hoje para impedir o abuso do poder econômico", disse. Comparato finalizou sua exposição dizendo que não é possível fazer uma Constituinte num país subdesenvolvido sem mudar a ordem econômica e social. "Querem uma mudança de regime, sem derrubar o regime", concluiu.

A reversão do jogo ocorreu logo no início. Reale Jr., 41, disse que não era democrático submeter os membros da Comissão Provisória de Estudos

Constitucionais a uma sabatina. Após afirmar que a Comissão não "tem presunção de realizar um trabalho para ser digerido pela sociedade", assumiu posição pessoal de continuar recebendo sugestões da sociedade durante todo o período de trabalho da Comissão. Recebeu vaias da platéia e uma pessoa lhe perguntou: "Quem escolheu os membros da Comissão?" Reale disse que isso não importava e que exigia respeito da platéia, pois, dos cinquenta membros da Comissão convidados para a sessão, apenas dois estavam presentes. Saiu trinta minutos após o início do debate, alegando compromissos assumidos anteriormente.

Fajardo aplaudido

Para surpresa geral, Fajardo, 38, abraçou as críticas que o Plenário fez em relação à Comissão e à emenda do governo de convocação da Constituinte: "A proposta hoje no Congresso foi de uma profunda infelicidade, na medida em que confunde poder constituinte e constituído", afirmou. Sob aplausos, disse que o ideal é uma Assembléia Constituinte independente do Congresso: "Sarney não pode entrar em colisão com a sociedade e ignorar a aspiração popular de uma Assembléia autônoma". Atacou, ainda, a participação dos senadores eleitos em 82 na Constituinte e ganhou a simpatia da platéia. (Rita Tavares)